

RELAÇÕES DE PODER E ORGANIZAÇÕES: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO ESTADO DA ARTE

Sheila Mostefaga

Graduanda em Administração – UNICENTRO

Raquel Dorigan de Matos

Doutora em Administração - Universidade Federal do Paraná UFPR

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo levantar como se encontra o estado da arte, em periódicos, sopesando a temáticas relações de poder e como se apresentam em organizações, dos últimos cinco anos, os quais atendessem aos critérios de seleção, dada a importância de se pesquisar sobre esse tema. Como resultado da pesquisa, a partir da análise dos objetivos, metodologias e resultados dos estudos de doze artigos foi possível concluir que as relações de poder possuem muitos contextos, sendo que é uma temática de importância significativa e está presente no cotidiano, às vezes de forma imperceptível. As relações de poder se assoam a qualquer ambiente, desde organizações públicas, a organizações privadas bem como em organizações sem fins lucrativos. Como coloca Faria (2004) as relações de poder além de ser um dos assuntos mais polêmicos é um dos mais antigos da ciência humana e se torna abrangente e em determinadas situações aparece de forma complexa.

Palavras-chave: Relações de poder. Organizações. Conflitos.

INTRODUÇÃO

O estudo de poder e de relações de poder é um dos mais antigos e polêmicos da história, são elementos com diferentes posições na sociedade, no entanto para Faria (2004) se destaca a importância de tentar compreender como se dá o processo em determinadas instituições.

Pode-se relacionar poder à autoridade e obediência, como coloca Modena (2016). Ainda segundo Villain (2017, p. 11) “O poder não é nosso, poder está em nós”, neste mesmo sentido, Ferreirinha e Raitz (2010) consideram que, quando um indivíduo deseja algo que não depende somente de si mesmo, mas que envolve a vontade de outra pessoa deste encadeamento surge uma posição que remete a relações de poder, portanto o desejo estabelece uma relação de dependência de indivíduos ou grupos em relação a outros.

Nesse contexto, Diniz (2021) conceitua as questões que relacionam controle em ambientes como um tema essencial para a existência de uma sociedade, que as relações de autoridade (pessoas que possuem poder) de um indivíduo em um ambiente podem afetar

diretamente pessoas que possuem menor influência. Ferreirinha e Raitz (2010) ainda consideram possível modificar padrões de pensamento e comportamentos, mas impossível se livrar das relações de poder.

No sentido de que “poder produz saber” Foucault (1999) considera que ambos estão ligados e que não ocorre relação de poder sem relacionar ao saber, neste sentido, o poder não se situa em grupos de pessoas, instituições ou lugares, mas é evidente em práticas sociais, e assim se torna propagável, heterogêneo e inconstante, desta forma, poder é um conjunto de ações e aqueles que exercem o poder vivenciam estas ações, e coloca ainda que o poder se torna a forma em que é coordenada a conduta de grupos ou indivíduos.

Considerando o poder como um fenômeno social, Da Silva (2001) contextualiza que o poder não poder ser analisado somente de uma perspectiva em que os indivíduos ou grupos exercem o poder ou dos que estejam, de certa forma, submetidos a este, mas se torna necessário caracterizar o contexto das atividades onde se realiza o poder. Neste sentido, de indivíduos que exercitam o poder, e dos que se submetem a esta relação de poder no espaço em que estão.

Neste sentido, Giddens (1978) contextualiza relações de poder como uma relação capaz de transformar a ação humana, em outras palavras, uma forma de mobilizar os recursos necessários para atingir o resultado advindo da ação, desta forma, modificando os acontecimentos. A vista disso Foucault (2007) considera que relações de poder são inerentes ao saber possível, esse saber o qual, redireciona e reforça os efeitos do poder.

Neste contexto Faria (2004) aponta que o poder pode ser entendido como uma práxis relacional fundamentando-se em interações, complexas e contraditórias, referindo-se a uma capacidade de mobilização entre sujeitos coletivos da ação, uma vez que não há como dissociar o poder da inclinação de exercê-lo, o mesmo provem da natureza/condição humana.

Diante do acima exposto, entende-se ser necessária discussão ampliada sobre o tema, considerando seus fundamentos e implicações para o desenvolvimento das relações sociais e organizacionais.

DESENVOLVIMENTO

Objetivando compreender como os elementos de poder, experiência e cultura conseguem interagir entre família e negócios, foi adotado a abordagem qualitativa e o estudo

foi por meio de entrevistas com gestores de pequenas e médio portes a fim de entender a dinâmica organizacional que liga os aspectos familiares (COMIN *et. al.*, 2021).

Como resultado os autores constataram que as crenças e os comportamentos familiares interferem no direcionamento dos negócios, confirmando a proposição de que as relações familiares influenciam nas ações da empresa, assim como acontecimento e aspectos do negócio têm grau significativo de influência na vida dos familiares.

O estudo de Oliveira Filho (2021) teve por objetivo tematizar as abordagens dos pensadores Hannah Arendt e Michel Foucault sobre a origem da politicidade e o que as fontes históricas pressupõem sobre suas teorias políticas, relacionando os diferentes enfoques com resistência política expostas pelos autores.

Como resultado considera (re)pensar a problemática do poder político pela maneira como se pensa sobre a temática da história e as possíveis temporalidades inerentes relacionadas a ela de forma a ver a relação que certa noção histórica de origem política relaciona a maneira de pensar (OLIVEIRA FILHO, 2021).

Os autores Navarro e Ceniz (2021) buscaram analisar os movimentos discursivos de desobediência que se constituem como formas de resistência a certos tipos de dispositivos de poder. De forma teórica e analítica foi definido os seguintes pontos: discussão a respeito de poder e do sujeito, focado na dominação masculina, retomaram aspectos da teoria com relação ao jogo estratégico que define uma posição do sujeito e por fim a compreensão da noção de desobediência.

Foram escalonados e analisados os tipos de desobediência, que considerando as mudanças históricas e a política atual, manifestam atitudes de resistência frente aos dispositivos de poder que sobressaem aos sujeitos (NAVARRO; CENIZ, 2021).

Com inspirações foucaultianas, o objetivo do trabalho de Santos e Silva (2022) foi analisar e descrever as formas multidirecionais das relações de poder no controle da conduta dos sujeitos e o modo de como os movimentos de contra conduta podem impor resistências. Por meio de uma proposta cartográfica foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes personagens dos livros didáticos.

Como resultado do trabalho foi apontado a existência da relação de poder pluriformes

e multidirecionais, em que os diferentes personagens investigados apresentaram ao mesmo tempo como alvos e canais de transmissão de poder (SANTOS; SILVA, 2022).

Meireles (2021) em seu artigo busca acrescentar elementos para o debate sobre o capitalismo de vigilância, o qual se refere ao monitoramento automatizado de experiências privadas, com o intuito de induzir ou direcionar comportamentos.

Concluiu-se, portanto a necessidade da transparência na forma de funcionamento e tomada de decisão dos algoritmos, logo percebe-se a necessidade de regular a proteção de dados pessoais bem como o funcionamento da governança algoritma (MEIRELES, 2021).

Caminha *et. al.* (2021) tiveram o objetivo de analisar as implicações das relações de poder entre profissionais e usuários relacionados à saúde mental no contexto de atenção primária em saúde na cidade de Fortaleza, o trabalho se deu de forma qualitativa e utilizou-se da coleta de dados com dez participantes.

O artigo trouxe como resultado que é importante dialogar acerca de relações de poder entre os profissionais, limitando-se a apresentar as relações de poder em um dispositivo positivo da rede de atenção psicossocial, destaca a necessidade de analisar outros pontos para promover melhor compreensão (CAMINHA *et. al.*, 2021).

O estudo desenvolvido por Mura, Silva e Almeida (2020) teve como foco a formação e o desenvolvimento da Reserva Indígena de Dourados (Mato Grosso do Sul), o autor dedicou sua atenção na conformação do determinado espaço a uma estrutura de poder e seu questionamento perante a atuação do Ministério Público Federal. Por meio de análise dos processos históricos o autor conclui a complexidade e diversidade de interesses envolvidos, destaca que para compreender melhor é indicado considerar diversos níveis na escala de organizações políticas.

Scott (2021) buscou descrever três domínios de cuidados: relacional, de atendimento, e de conhecimento, abordados em torno de crianças afetadas pela síndrome congênita de Zika, por mães, instituições de atendimento e pesquisadores. A pesquisa foi por meio de observação e participação. Aborda a prática e negociações de relações de poder que mães com crianças com SCZ vivenciam em diferentes domínios.

O autor conclui que as mães utilizam de suas relações familiares para enfrentar os

impedimentos nos serviços de atendimentos, buscando valorizar suas ações e favorecer a inserção em associações que auxiliam na politização na luta de seus direitos neste tipo de contexto (SCOTT, 2021).

O artigo de Mattar e Silva *et. al.* (2020) buscou analisar as configurações das relações de poder constituídas nos saberes e práticas de médicos e enfermeiros. A pesquisa se deu de forma qualitativa e contou com um roteiro de entrevistas semiestruturada com médicos e enfermeiros de Minas Gerais. Para analisar os dados, os autores utilizaram da análise de discurso na perspectiva Foucaultiana.

Como resultado, os autores colocam que a identidade, a disciplina e circulação do poder se conectam em um movimento contínuo de subjetivação e que se utiliza do discurso como uma estratégia de persuadir e modificar a posição em diferentes situações desta forma o poder circula (MATTAR E SILVA *et. al.*, 2020).

O objetivo do artigo desenvolvido por Campos e Soglio (2020) foi relacionar o conceito de biopoder com o cenário global de apropriação, privatização e mercantilização de sementes e ainda discutiu sobre as contribuições e fragilidades.

Como resultado do estudo foi possível demonstrar que as duas abordagens (biopoder na biopolítica de Michel Foucault e a perspectiva orientada ao ator de Norman Long) podem apresentar novidades interpretativas e analíticas. Logo pode-se concluir que a existência de experiências justifica a escolha da POA como uma abordagem complementar ao biopoder (CAMPOS; SOGLIO, 2020).

A pesquisa de Zambenedetti e Angonese (2021) teve como objetivo verificar o papel do orçamento público em um contexto ambiental que envolvia relações de poder e interesses institucionais. Teve seu desenvolvimento a partir de fundamentos teóricos da perspectiva interpretativista, a pesquisa é qualitativa e explicativa e se deu por meio de estudo de caso, a coleta de dados se deu por entrevistas, análise documental e observação participativa.

Como resultado da pesquisa os autores confirmaram parcialmente que o processo orçamentário da instituição envolvia relações de poder e interesses institucionais, mas não foi possível configurar o predomínio de interesses pessoais sobre os interesses coletivos (ZAMBENEDETTI; ANGONESE, 2021).

Moreira (2020) em seu estudo teve por objetivo demonstrar como as relações socioespaciais territorializam-se nessa fração de território. O método de pesquisa foi qualitativo e por meio de entrevistas usou de histórias orais (MOREIRA, 2020).

Como resultado foi possível compreender que os processos de configuração territorial possuem conflitualidades neste campo de estudo, e se iniciam antes de se estabelecer o processo de desapropriação, seja com os proprietários sociais e suas relações de poder, ou de interesses sociais, políticos e econômicos gerados nos conflitos pelo uso e posse da terra (MOREIRA, 2020).

Com o desafio de edificar um debate entre alinhamento estratégico (AE) e da tecnologia da informação (TI) e as relações de poder, o artigo de Silva *et al.* (2018) analisou como as relações de poder permeiam o AE entre as áreas de negócio e de TI, no contexto de três empresas públicas e sobre diferentes perspectivas. O estudo foi realizado por meio de entrevistas e o uso de análises de forma qualitativa de pesquisa de estudo de casos múltiplos (SILVA *et al.*, 2018).

Com a pesquisa os autores perceberam que a dependência da TI indica efeitos relacionados a ganhos e perda de poder em um contexto organizacional, com indícios de concentração de poder no que tange a tomada de decisão na área de TI. A AE foi positiva dentro e fora da área de TI (SILVA *et al.*, 2018).

Neste sentido, Bretas (2018) coloca que, com o foco em uma organização pública do poder legislativo que passou por um processo de mudanças administrativas e simultâneas as alterações políticas nos cargos de direção a autora entende que deve ser considerado as relações políticas na administração e não apenas entender como uma disciplina técnica, sendo assim discutiu em seu trabalho o gerencialismo, os saberes marginalizados e as relações de poder que legitimam o conhecimento válido no campo (BRETAS, 2018).

Foi abordada uma situação de conflito específica que ocorreu na área de comunicação por conta da fusão de dois setores que possuíam formas de saber distintas (BRETAS, 2018). Chegou a um dilema ao fim do estudo, “como considerar aspectos simbólicos, resistências e relações de poder no cotidiano dos processos de mudança organizacional em organizações públicas?”, dilema o qual não teve resposta.

Os autores Tszesnioski e Sá (2018) buscaram apresentar um estudo que foi realizado sobre a estrutura dos jogos de poder que envolviam o processo do pós-auditoria do SUS, e propuseram identificar os desdobramentos das auditorias assistenciais realizadas no município de Recife em 2015. Foram realizadas entrevistas as quais foram submetidas à técnica da análise de discurso, foi por meio da abordagem qualitativa.

Os autores conseguiram identificar a incerteza dos gestores das unidades de saúde e que a execução das recomendações da auditoria tem relação direta com as zonas de autonomia e que quando o gerente da unidade possui liberdade de atuação na área a qual foi feita a recomendação a auditoria é efetiva (TSZESNIOSKI; SÁ, 2018).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Baffi apud Demo (2000, p.21) é a pesquisa dedicada ao tratamento da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural".

Considerando o objetivo desta pesquisa é classificada como descritiva, pois visa levantar como se encontra o estado da arte, em periódicos, sopesando a temática relações de poder.

Segundo Boaventura (2007, p. 57) a pesquisa descritiva “identificam as características de determinada população ou fenômeno”.

Quanto aos procedimentos operacionais está pesquisa se deu por meio do estado da arte. O critério de classificação de artigos foi com base em verificação a plataforma Sucupira *Qualis Capes*, considerando artigos os quais possuíam classificação A1, A2, B1 e B2, classificação a qual foi considerada interdisciplinar ou administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo, prevalecendo a que tivesse maior classificação.

As pesquisas científicas foram selecionadas a partir das plataformas Spell e Scielo, filtrando em artigos brasileiros do idioma português, considerando nos últimos cinco anos a composição “relações de poder”.

Na busca pela palavra “relações de poder” no site Scielo tendo como filtro a palavra identificada no título, artigos brasileiros em português dos últimos cinco anos obteve-se um total de sete artigos, somente foram encontrados artigos dos anos de 2020 e 2021, considerando

as buscas mais recentes. Todos atenderam os critérios e foram selecionados.

Digitando “relações de poder” em 'título do documento' na plataforma Spell e ainda usados os mesmos critérios classificatórios, obteve-se um total de sete resultados dos quais, dois foram desclassificados, pois não atenderam a verificação da plataforma Sucupira *Qualis Capes*, sendo assim cinco artigos foram utilizados.

Os artigos selecionados foram analisados considerando o objetivo do estudo, o método utilizado para o levantamento dos dados, bem como as conclusões apresentadas pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a leitura dos artigos pode-se concluir que o tema relações de poder possui muitos contextos, entre eles pode-se destacar algumas das discussões acerca de elementos de poder, dispositivos, implicações de relações de poder e as configurações como nas discussões de Comin (2021) e Meireles (2021), Navarro;Ceniz (2021) e Caminha *et. al.*, (2021), Mattar e Silva *t. al.*, (2020). Relações de poder é uma temática de importância significativa e está presente no cotidiano, às vezes de forma imperceptível.

Nos artigos investigados prevaleceu a metodologia qualitativa, abordada pelos autores: Comin *et. al.*, (2021), Mattar e Silva *t. al.*, (2020), Zambenedetti; Angonese (2021), Moreira (2020), Tszesniosk; Sá (2018), sendo que alguns optaram por entrevistas e outros por análise de processos históricos, observação e ainda participação.

Relações de poder associa-se a qualquer ambiente, desde organizações públicas, a organizações privadas e organizações sem fins lucrativos. Como coloca Faria (2004) que relações de poder além de ser um dos assuntos mais polêmicos é um dos mais antigos da ciência humana e se torna abrangente e ainda em certas situações, um assunto complexo.

REFERÊNCIAS

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. Modalidades de pesquisa: um estudo introdutório. Disponível em: http://usuarios.upf.br/~clovia/pesq_bI/textos/texto02.pdf . Acesso em: 09/09/2022.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRETAS, P. F. F. Relações de Poder e Resistências em uma Organização Pública: Um Caso de Ensino. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 3, p. 222-226, 2018. Disponível em:

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/50025/relacoes-de-poder-e-resistencia-em-uma-organizacao-publica--um-caso-de-ensino>. Acesso em: 11/03/2022.

CAMINHA, Emília Cristina Carvalho Rocha et al. Relações de poder entre profissionais e usuários da Atenção Primária à Saúde: implicações para o cuidado em saúde mental. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 81-90, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Scndb667PSqJsNc6ZpySQPg/?lang=pt>. Acesso em: 04/03/2022.

CAMPOS, Michele Laffayett de; SOGLIO, Fábio Kessler Dal. Creole seeds and power relations in agriculture: Interfaces between Biopower and social agency. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/QRXbnjmsJWqpyVw4ssG99wM/?lang=en>. Acesso em: 11/03/2022.

COMIN, L. C.; CAZELLA, C. F.; PIEKAS, A. A. S.; ORO, I. M.; SPULDARO, J. D. Interação Família e Negócios sob a Perspectiva da F-PEC (Poder, Experiência, Controle). **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 15, n. 1, p. 91-108, 2021. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/62874/interacao-familia-e-negocios-sob-a-perspectiva-da-f-pec--poder--experiencia--controle->. Acesso em: 02/03/2022.

DA SILVA, Rubens Alexandre. As teorias sociais e o conceito de poder. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 7, 2001.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 367-383, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwDDtq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05/04/2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24.ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTAR E SILVA, Tauana Wazir; VELLOSO, Isabela Silva Cânciao; ARAÚJO, Meiriele Tavares; FERNANDES, Aline da Rocha Kallás. Configuration of power relations in physicians and nurses' professional practices. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/xjXmqvLy8W9nZhtFpwh7LcR/?lang=en>. Acesso em: 11/03/2022.

MEIRELES, Adriana Veloso. Algoritmos e autonomia: relações de poder e resistência no capitalismo de vigilância. **Opinião Pública**, v. 27, p. 28-50, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/vryT7RHQC8q8RvYXF3zKvZS/?lang=pt>. Acesso em:

04/03/2022.

MODENA, Maura Regina. **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul- RS, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter. Territorialidade e Relações de Poder nos Assentamentos Rurais do Município de Nova Andradina/MS. **Desenvolvimento em Questão**. v. 18, n. 50, p. 72-88, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9015>. Acesso em: 12/03/2022.

MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa; ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de Almeida. Relações de poder e processo de descolonização na Reserva Indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul: uma análise. **Horizonte Antropológicos**. Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 349-379, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/8qgkn5sdRNwd673yDyX3fLC/?lang=pt>. Acesso em: 06/03/2022.

NAVARRO, Pedro F.; CENIZ, Cássio Henrique. Práticas discursivas de desobediência e seu valor de acontecimentos nas relações de poder. **Fórum Linguístico**, v. 18, n. 2, p. 6312-6331, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8075348>. Acesso em: 02/03/2022.

OLIVEIRA FILHO, João Francisco Gabriel de. Política e origem: abordagens sobre poder, resistência e direito em Michel Foucault e Hannah Arendt. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/h7vrXGjK4YsdstWTGvckHcS/?lang=pt>. Acesso em: 02/03/2022.

SANTOS, José Wilson dos; SILVA, Marcio Antonio da. Pluriforme e Multidirecional: relações de poder e a constituição de livros didáticos de Matemática. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 35, p. 1275-1293, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/gHg4svwX4xnhSFP4QdFdSLt/?lang=pt>. Acesso em: 04/03/2022.

SCOTT, Parry. Cuidados, mobilidade e poder num contexto de epidemia: Relações familiares e espaços de negociação. **Mana**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/hBsbSsDhh5MCJDzkJGNpM9y/?lang=pt>. Acesso em: 04/03/2022.

SILVA DINIZ, Thales Janguiê. A RELAÇÃO DE PODER E AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO CONTROLADOR NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/63089/a-relacao-de-poder-e-as-acoes-de-responsabilidade-do-controlador-nas-sociedades-anonimas>. Acesso em: 04/04/2022.

SILVA, Wagner Amaral E; LUFT, Maria Conceição Melo Silva; FREITAS, Florence Cavalcante Heber Pedreira; QUEIROZ, Larissa Soares; OLIVEIRA, John Lennon Andrade.

Alinhamento Estratégico de TI e Relações de Poder: Estudo de Múltiplos Casos em Organizações Públicas. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 3, p. 383-401, 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/51767/alinhamento-estrategico-de-ti-e-relacoes-de-poder--estudo-de-multiplos-casos-em-organizacoes-publicas>. Acesso em: 11/03/2022.

TSZESNIOSKI, L.; SÁ, R. F. Interpretando as Relações de Poder no Pós-Auditoria do SUS à Luz dos Conceitos da Análise Estratégia de Crozier e Friedberg. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 24, n. 2, p. 83-105, 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/50818/interpretando-as-relacoes-de-poder-no-pos-auditoria-do-sus-a-luz-dos-conceitos-da-analise-estrategia-de-crozier-e-friedberg>. Acesso em: 11/03/2022.

VILAIN, Caroline Scotti. **Frida Kahlo: Relações de poder materializadas**. Orientador: Luiz Daniel Jatobá França. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em relações internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31649>. Acesso em: 15/04/2022.

ZAMBENEDETTI, Lidiane; ANGONESE, Rodrigo. Relações de Poder e Interesses Institucionais em uma IES na Perspectiva de Execução do Orçamento Público. **Revista Gest@o. org**, v. 19, n. 1, p. 72-87, 2021. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/63122/relacoes-de-poder-e-interesses-institucionais-em-uma-ies-na-perspectiva-de-execucao-do-orcamento-publico>. Acesso em: 11/03/2022.